



EURONEXT AWARDS 2025

Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças

20 de fevereiro de 2025

Sra. Presidente do Conselho de Administração da Euronext Lisbon

Dra. Isabel Ucha,

Exmas. Senhoras,

Exmos. Senhores,

Os dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que, no **4º trimestre de 2024, a economia portuguesa registou o terceiro maior crescimento homólogo (2,7%)** entre os países da Zona Euro (0,9%), **tendo sido mesmo a que mais cresceu no trimestre (1,5%)**, enquanto a média dos países da UE e da Zona Euro estagnou.

É preciso recuar a 2021, quando a economia estava a sair da crise pandémica, para encontrar um quarto trimestre de crescimento tão forte como o verificado no final do ano passado.

Acresce que, no conjunto do ano, a **economia nacional cresceu 1,9%, superando as projeções do Governo (1,8%)** e praticamente todas as estimativas dos organismos nacionais e internacionais, com exceção do FMI que já previa o crescimento que se veio a verificar.

Permitam-me salientar que a economia portuguesa conseguiu manter o ritmo de crescimento das suas exportações, numa conjuntura externa desafiante, nomeadamente, quando olhamos para alguns dos nossos principais parceiros.

Este crescimento, que a todos deve orgulhar, em particular às nossas empresas, - pelo papel vital que têm na economia, pela sua resiliência e capacidade de inovação - dá-nos um **bom ponto de partida para 2025**.

Ter crescimento económico é fundamental para manter a trajetória de redução do peso da dívida pública e o equilíbrio orçamental.

Segundo dados divulgados recentemente pelo Banco de Portugal, no último ano, a **dívida pública baixou quase 3 pontos percentuais** (95,3% vs. 97,9%), ficando **até ligeiramente abaixo da previsão do Executivo** (95,9%).

Estes números evidenciam que **estamos no caminho certo, da redução sustentável da dívida pública**, mantendo o objetivo de que esta se venha a situar abaixo dos 80%, no final da legislatura.

Esta evolução do rácio dívida pública tem também sido acompanhada por uma **melhoria da perceção de risco do país**, refletida na notação que as principais agências de rating têm atribuído a Portugal, com impacto nas condições de financiamento da economia, das famílias e empresas.

Também temos bons sinais vindos do mercado de trabalho, com o **desemprego a cair ligeiramente no último ano** (6,4%), ficando também abaixo da previsão do Governo, e com a **população empregada a atingir o valor mais elevado desde 2011**.

Acreditamos que é possível manter este rumo e atingir um crescimento ainda mais robusto nos próximos anos e é nesse sentido que estamos a trabalhar.

Em cerca de 10 meses, este Executivo já apresentou um conjunto de **medidas** que visam precisamente **reforçar a competitividade e produtividade** da economia nacional:

1) **Alívio da carga fiscal para famílias e empresas:**

- Descida do IRS e IRC
- Alargamento do IRS Jovem
- Continuar a baixar impostos nos próximos anos

2) **Reforço de rendimentos:**

- Aumento do Salário Mínimo Nacional
- Mais rendimento para os pensionistas e os mais vulneráveis
- Incentivos fiscais à valorização salarial

3) **Agenda para a simplificação fiscal** com 30 medidas que visam facilitar a relação e comunicação entre os contribuintes e a Autoridade Tributária, permitindo reduzir a burocracia e os custos de contexto.

4) **Programa Acelerar a Economia** que começou a chegar ao terreno no último trimestre de 2024 com:

- Mais incentivos fiscais e à capitalização das empresas;
- Menos burocracia;
- Estado a pagar a 30 dias
- Novo regime de atração de talento (IFICI)...

5) **Justiça económica e fiscal:**

- Criação da **Comissão para a Revisão do Processo e Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes** que, aliada à melhoria do desempenho dos tribunais administrativos e fiscais, visa tornar os processos mais céleres e eficientes.

6) **Aceleração da execução do PRR** e fundos europeus, recuperando os atrasos que se verificam, promovendo mais investimento público nacional e aumentando os mecanismos de fiscalização.

Minhas Senhores e Meus Senhores

O **setor financeiro**, onde se inclui o mercado de capitais, tem também um **papel determinante neste desígnio do crescimento económico e do equilíbrio orçamental**.

Assistimos, desde a crise financeira, a uma transformação estrutural do setor e ao seu fortalecimento, com mais inovação e assinaláveis desenvolvimentos tecnológicos, estando hoje mais preparado para enfrentar desafios como sejam a incerteza geopolítica, a evolução da política monetária, as novas exigências regulatórias ou os desafios colocados pela Inteligência Artificial e Cibersegurança.

Gostaria de salientar, neste contexto, a ação deste Governo, ainda num curto espaço de tempo, em matéria de iniciativas legislativas, desde logo no que se refere à transposição ou implementação de legislação da União Europeia, que sabemos ser bastante complexa e cada vez mais abrangente.

Este Executivo tem estado muito ativo no que se refere às questões relativas ao **mercado de capitais**. Aprovámos **medidas de dinamização do mercado de capitais**, designadamente por via de incentivos à negociação de valores mobiliários em mercado regulamentado e à detenção de instrumentos financeiros a médio prazo, para **fomentar a poupança dos cidadãos e a canalização de recursos privados para as empresas**.

Aprovámos também um Decreto-Lei que permite que as sociedades gestoras de organismos de investimento coletivo possam **investir em carteira própria os valores que excedem os fundos próprios legalmente exigidos**, o que se espera que possa reforçar a competitividade do setor.

Recentemente o Governo aprovou, e posteriormente a Assembleia da República deu o seguimento legislativo necessário, uma proposta de lei que procede à execução de **um conjunto de regulamentos europeus em matéria de serviços e infraestruturas financeiros**, onde se inclui o **Produto Individual de Reforma Pan-Europeu**.

Também hoje, em Conselho de Ministros, foi aprovado o anteprojeto relativo aos **gestores e aos adquirentes de créditos**, seguindo agora o projeto de Lei também para o Parlamento.

Estamos também perto de concluir a preparação e aprovação do projeto de lei que irá transpor o **Regulamento europeu que aborda a temática dos criptoativos (“Regulamento MiCA”)**, depois de um processo que foi moroso ao nível técnico dos supervisores financeiros.

Na frente europeia, destaco os temas da competitividade e os relativos à **União do Mercado de Capitais - “Capital Markets Union”**, agora também incluída no projeto mais amplo designado **“Savings and Investment Union”**. Quanto a este último, o Governo apoia iniciativas de aprofundamento do mercado de capitais europeu, com vista ao **aumento da participação dos investidores de retalho nos mercados e do reforço da capitalização das empresas**.

Os temas da competitividade são absolutamente centrais e a União Europeia tem aqui um papel imprescindível a desempenhar. O Governo aguarda com expectativa a proposta da Comissão Europeia sobre o chamado **pacote “Omnibus”**, que, entre outros aspetos, poderá vir a contemplar **alterações à Diretiva sobre o reporte de sustentabilidade (CSRD)**.

Em síntese, é necessário **reforçar a competitividade e continuar a atrair e a acelerar a captação de investimento**.

Em pouco mais de 10 meses de Governação, este Executivo tem procurado dar resposta a esta ambição, que é de resto uma prioridade, reconhecendo que tal só será possível com o continuado empenho e envolvimento dos agentes políticos e económicos, muito em particular, das empresas, mas também do sistema financeiro, onde se inclui o mercado de capitais que se pretende cada vez mais robusto.

Muito obrigado.